

INTERDISCURSO SOBRE “TRABALHO” NA MÍDIA SINDICAL RURAL¹

INTERDISCOURSE ABOUT “WORK” IN RURAL UNION MEDIA

Raquel Ribeiro de Oliveira²

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre os discursos acerca de “trabalho” presentes nos enunciados midiáticos do sindicato rural, bem como, identificar os interdiscursos que emergem da mídia sindical rural em relação a “trabalho”, produzida, gerida e veiculada pelos jornais impresso e eletrônico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG). O fundamento teórico do artigo encontra-se pautado no diálogo entre as teorizações da Análise do Discurso de linha francesa e nas das Ciências Sociais. O método de pesquisa é de natureza analítica, descritiva e interpretativa. O *corpus* escolhido para a realização das análises foram textos publicados nos jornais sindicais, veiculados pela FETAEG e que trazem como tema a representação do trabalho na mídia sindical rural. Os resultados indicam que os interdiscursos sobre o trabalho revelam os valores sócio-histórico-ideológicos dos sujeitos trabalhadores que enunciam.

Palavras-chave: trabalho; interdiscurso; mídia.

Abstract: This article aims to reflect on the discourses about “work” presented in media statements of the rural union, as well as, to identify the interdiscourse emerging from media rural union in relation to “work”, produced, managed and published by the printed and electronic newspapers of the Federation of Agricultural Workers in the State of Goiás (FETAEG). The theoretical foundation of the article is based on dialogue between the theorizing of French Discourse Analysis and in the Social Sciences. The research method is from analytical, descriptive and interpretative nature. The corpus chosen to carry out the analyses were texts published in the rural union’s newspapers, managed by the FETAEG and that bring the representation of labour in rural union media topic. The results indicate that the interdiscourse about work expose the socio-historical-ideological values that the workers statement.

Keywords: work; interdiscourse; media.

Introdução

“O trabalho dignifica o homem”? – ditado comumente veiculado em nossa sociedade como afirmação do status enobrecedor do sujeito trabalhador perante a sociedade, neste trabalho, colocamos este ditado como um questionamento a fim de investigar a real condição e relação do sujeito trabalhador com o universo do trabalho. Ao pensarmos nos sentidos da

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Grenissa Bonvino Stafuzza.

² Mestranda em Estudos da Linguagem pela Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: raquelribeiro_22@hotmail.com

palavra “trabalho”, nos deparamos com as mais variadas possibilidades e recebe inúmeras definições dependendo de onde ou de quem o aborda. Dependendo de cada grupo social, encontramos o sentido da palavra “trabalho” inundado de ideologias diferentes. Com isso, o que pretendemos neste artigo é identificar quais os discursos que permeiam a noção de trabalho.

O que percebemos no decorrer da escrita deste texto é que os discursos sobre trabalho, propagados pelas mídias sindicais são inúmeros e carregam traços e influências de outros discursos relacionados não só ao mundo do trabalho, mas também às esferas política, econômica, educacional, religiosa, literária, entre outras. Estes discursos que se entrecruzam e revelam outros discursos: é o que denominamos de interdiscurso.

O *corpus* que elegemos para trabalharmos nossa análise são alguns textos dos jornais impresso e eletrônico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG)³, com o intuito de refletir sobre as produções de sentidos nestes diversos discursos a respeito de trabalho que emergem da mídia sindical dos trabalhadores rurais. Assim, por meio do duplo batimento entre interpretação e análise de enunciados eleitos de publicações dos jornais da mídia sindical rural da referida Federação, conseguimos problematizar sobre a constituição do interdiscurso e sua produção de sentidos.

Este trabalho se concretizou a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, doravante AD, de linha francesa, com base em Pêcheux (2009), Orlandi (2012) e Charaudeau (2015) e seu diálogo com as Ciências Sociais, especialmente com a possibilidade de dialogar com Antunes (2007). Em Pêcheux, o trabalho consolidou-se teoricamente em torno da questão dos interdiscursos e dos efeitos de sentidos produzidos na/pela mídia sindical rural sobre *trabalho*, conceitos estes, que serão discutidos com mais afinco na terceira parte deste artigo. Com Orlandi, nos pautamos nos princípios que regem a Análise do Discurso e seus procedimentos teóricos, enquanto ciência.

A AD, como campo científico, dialoga com outras áreas do conhecimento, e uma delas são as Ciências Sociais. Nesse viés, buscamos embasamento teórico em Antunes (2000; 2001; 2004; 2006; 2007), o qual discute as considerações acerca dos sentidos de trabalho. O autor aborda algumas acepções do universo do trabalho, tais como infoproletariado, trabalhador - segundo designação do próprio autor, *a-classe-que-vive-do-trabalho*, entre outras. Além disso, Antunes (2012) traz diversas discussões sobre as mudanças no setor trabalhista, as novas formas de inserção e exclusão no ambiente de trabalho e, conseqüentemente, a precariedade

³ Disponível em: <http://www.fetaeg.org.br/home.asp>. Acesso em 14 jan. 2016.

condicionada a uma grande quantidade de trabalhadores, devido à supervalorização do capital e à desvalorização da força de trabalho humana.

Além destes autores, o trabalho se aportou, ainda, em Charaudeau (2015), para tratarmos dos artifícios midiáticos para produção e transmissão de informação de modo a alcançar o público alvo.

Neste artigo, buscamos compreender, também, os elementos relacionados à *luta de classes*, considerando o trabalhador não como indivíduo e sim como sujeito inscrito em um determinado lugar sócio-histórico-ideológico, podendo, assim, analisar os sentidos, a partir das condições de produção do momento sócio-histórico das ideologias e dizeres produzidos, nos quais aqueles discursos foram constituídos.

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de pesquisas bibliográficas teóricas e leitura de artigos na área de estudo do tema e de estudos do discurso. Após essa etapa, trabalhamos com a coleta do *corpus* que é constituído por alguns textos publicados por jornais sindicais impressos e eletrônicos que trazem como tema a representação do trabalho na mídia sindical rural. Posteriormente, descrevemos, analisamos e interpretamos os textos publicados nos jornais da mídia sindical rural, bem como, uma publicação veiculada na página da mídia social da FETAEG no *facebook*, considerando o tema proposto, tal seja, o interdiscurso sobre trabalho no discurso sindical rural.

Os sentidos e o valor do “trabalho” em nossa sociedade

Se bem observarmos, em nossas relações sociais, o valor que damos ao enunciado *trabalho* se tornou comum, como essência do ser humano social, tanto que quando nos é perguntado sobre quem somos, a resposta sai quase que imediata: “Sou professora”, “secretária”, “doméstica”, “médico”, “gari”, “comerciante”, “estudante”, “engenheiro”, “dona-de-casa”, “jogador de futebol”, “dentista” etc. Ao responder automaticamente que “quem somos” é o equivalente “à função que exercemos na sociedade do trabalho”, podemos entender o quão forte é a marca e a relação da nossa sociedade com o universo do trabalho.

Contudo, ao pesquisarmos “a etimologia da palavra trabalho que é originária do vocábulo latino *tripalium*– expressão que denomina um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (palus) – temos então, etimologicamente, o trabalho com o sentido de tortura, perda da liberdade, especificamente, dos escravos, dos pobres, dos camponeses, que eram a quem o *tripalium* se destinava a castigar no período Medieval” (TRABALHO, s.d.).

Ao longo do tempo, o sentido da palavra trabalho foi se modificando. Podemos perceber esta modificação na contemporaneidade, quando observamos em variados discursos a contemplação do trabalho como condição essencial e de dignificação do ser humano, como algo absolutamente necessário para a permanência do homem na sociedade, tal como, colocado na introdução deste trabalho, percebemos assim, que há discursos em que o trabalho se mostra indispensável a todo e qualquer sujeito social.

Apesar destes discursos que circulam em nossa sociedade sobre a importância fundamental e enobrecedora do trabalho, notamos que, na realidade, estes aspectos não se cumprem com tamanha efetividade, se considerarmos a quantidade de trabalhadores insatisfeitos em/com suas condições de trabalho, e que, como consequência, frequentemente realizam greves e protestos, a fim de defender seus direitos e em busca de conquistar melhores condições para a classe.

Percebemos, então, que a relação entre sujeito e sociedade se dá de maneira indissociável, como explicitam Stafuzza e Góis:

Em nossas sociedades, existem lugares de onde as pessoas falam (enunciam). [...] Para ocupá-los, há rituais, regras, normas estabelecidas historicamente [...]. Um indivíduo quando ocupa um lugar para falar [...] está, na verdade, exercendo um papel social ou, em outros termos, ocupando uma posição de sujeito (STAFUZZA; GÓIS, 2014, p. 215).

Assim, neste artigo, buscamos entender a posição deste sujeito trabalhador que é, também, um sujeito social e que enuncia a partir do lugar ideológico no qual se encontra inscrito.

Um percurso pelo diálogo entre a AD e as Ciências Sociais

Para o desenvolvimento do tema “Interdiscurso sobre ‘trabalho’ na mídia sindical rural”, contamos com algumas reflexões teóricas que foram de extrema importância para a escrita deste artigo. Tais aportes teóricos estão relacionados aos estudos da Análise do Discurso francesa e também aos estudos sociais sobre o trabalho.

Os estudos teóricos da AD iniciam-se no início da década de 60 enquanto área de conhecimento científico, e compreende o *discurso* como seu objeto de estudo. O discurso, aqui tratado pela AD, é entendido não apenas como fala ou língua, tal como estudamos na Linguística estrutural, nem tão pouco como texto. O discurso - objeto de investigação da AD

materializa-se na língua, porém, compõe-se de elementos exteriores a ela. Aquela necessita do componente social, pois é produto das ideologias pelas quais determinado sujeito é interpelado, revelando, assim, o lugar sócio-histórico de onde este sujeito enuncia. Como afirma Orlandi:

A Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. Considera os processos e as condições de produção da linguagem pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso, relaciona a linguagem à sua exterioridade (ORLANDI, 2012, p. 16).

Além disso, a Análise do Discurso dialoga com outras áreas de conhecimento, tais como, a História, a Psicanálise, a Filosofia e as Ciências Sociais. Para nós, esta última nos forneceu suporte, juntamente à AD, na produção deste trabalho. Como pontua Orlandi:

A Análise de Discurso se constitui no espaço em que a Linguística tem a ver com a Filosofia e com as Ciências Sociais. Na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história (ORLANDI, 2012, p. 25).

Com base nas pesquisas das Ciências Sociais sobre “trabalho” e nos aportes teóricos da Análise do Discurso, é possível perceber que algumas discussões sobre o discurso do trabalho já vêm sendo realizadas por outros pesquisadores.

O discurso sobre trabalho possui grande relevância histórica e cultural em nossa sociedade. No entanto, para tratarmos a questão do trabalho no âmbito social, precisamos considerar as dimensões que este tema alcança e a situação em que se encontra atualmente. O sociólogo Ricardo Antunes, que possui diversas publicações sobre as vertentes do trabalho, afirma que há “em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho que se encontra hoje na condição de precarizada ou excluída” (ANTUNES, 2001, p. 36).

Além da discussão sobre a precarização da condição de trabalho, o autor também pontua algumas questões em relação à atual classe trabalhadora, designando-a como:

[...] a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação (Antunes, 1995 e 1999) – [...] a classe trabalhadora incorpora o **proletariado rural, os assalariados das regiões agroindustriais**, o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril de serviços, part-time, trabalho temporário, trabalho

precarizado, a totalidade de trabalhadores desempregados (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 342, grifo nosso).

Estas designações da atual classe trabalhadora também se relacionam a outros problemas estruturais que envolvem, por exemplo, as formas de alienação no mundo do trabalho advindas da lógica destrutiva do capitalismo contemporâneo que, usando de expressões como flexibilização, desregulamentação, terceirização, privatização, apenas velam as condições de destruição da força humana de trabalho e o não cumprimento dos direitos trabalhistas, situação esta em que milhares de trabalhadores brasileiros se encontram hoje. A este respeito, Antunes (2012) afirma:

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, a terceirização, as novas formas de gestão das forças de trabalho, implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado. [...] A combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados e uma melhor ‘qualificação’ da força de trabalho oferece como resultante um aumento da superexploração da força de trabalho. Para os capitais produtivos, interessa a mescla entre os equipamentos informacionais e a força de trabalho ‘qualificada’, ‘polivalente’, ‘multifuncional’, apta para operá-los, salários muito inferiores àqueles dos trabalhadores das economias avançadas (ANTUNES, 2012, p. 47 e 48).

Diante desta visível desregulamentação e desestruturação do setor trabalhista, os órgãos sindicais, as federações e confederações são alguns dos principais meios de organização e representação dos trabalhadores em defesa de seus interesses sociais, econômicos e profissionais, bem como dos direitos e de melhorias para a classe trabalhadora.

Por isto, elegemos trabalhar com os discursos sobre trabalho oriundos da mídia sindical. Especificamente, o da mídia sindical rural, pelo fato de conhecermos a constante luta desta classe, que se insere em determinado momento sócio-histórico e que carrega em seus discursos fortes traços ideológicos de suas (trans)formações política, social e econômica. Estes traços de ideologia se constroem não na língua, mas sim no exterior, no social, tal como afirma Pêcheux:

O duplo funcionamento lógico-linguístico não é “neutro” ou “indiferente” com respeito à ideologia: podemos dizer que ele realiza espontaneamente o acobertamento ideológico da descontinuidade, simulando-a ideologicamente. Acrescentamos que essa simulação se apóia, de fato, sobre o mascaramento de um terceiro elemento, nem lógico nem linguístico, que já vimos aflorar em várias retomadas nas análises desenvolvidas acima: destacamos, na verdade, que esses dois “mecanismos” colocavam necessariamente em jogo relações entre os “domínios de pensamento”: da *exterioridade-anterioridade* (pré-construído); ou a do “retorno do saber no pensamento” que produz uma evocação sobre a qual se apóia a tomada de posição do sujeito (PÊCHEUX, 2009, p. 114, grifos do autor).

Podemos, assim, entender o funcionamento da língua exteriorizada a partir das ideologias, do pensável na formação dos discursos.

Acerca destas considerações, almejamos desvelar, com base nos discursos a respeito de trabalho produzidos pela mídia sindical rural, de que maneira os determinados sujeitos em estudo são interpelados pela ideologia, bem como quais outros discursos se entrelaçam a este discurso midiático sindical, desencadeando estes discursos outros, apoiando-nos nas premissas teóricas de Pêcheux, quando este diz que:

Propomos a chamar interdiscurso a esse “todo complexo dominante” das formações discursivas [...] Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. [...] o efeito de encadeamento do pré-construído e o efeito que chamamos de articulação [...] são determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso (PÊCHEUX, 2009, p. 149, grifos do autor).

Ao pensar nos diversos interdiscursos que são identificados e também veiculados na/pela mídia sindical, elegemos, então, o *corpus* com o qual desenvolvemos as análises. A escolha de buscá-lo diretamente na esfera midiática – que representa um dos maiores suportes de transmissão de informação – nos permite analisar o imbricamento entre linguagem e sociedade que são veiculadas pela mídia sindical rural. De acordo com a afirmação de Charaudeau (2015, p. 19) “A informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo”.

Por fim, buscamos, por meio de todo este aporte teórico já referenciado, da Análise do Discurso e das Ciências Sociais, contemplarmos de forma efetiva o que nos propusemos a analisar neste artigo.

Análise dos inter(discursos) sobre trabalho na mídia sindical rural

Para a realização das nossas análises, selecionamos duas reportagens publicadas na Edição nº 109 do mês de agosto de 2014 do jornal da FETAEG e uma publicação veiculada na página da mídia social da FETAEG no *facebook*. A primeira publicação trata-se de uma entrevista realizada com um representante jovem da entidade de luta da FETAEG, o qual relata sua trajetória, experiência, atuação e expectativas em relação à juventude rural

brasileira. Já a segunda publicação é uma reportagem que discorre a respeito da *Marcha das Margaridas*, que é considerada pela Federação, “a principal ação coletiva das mulheres trabalhadoras rurais da América Latina”. Já a imagem veiculada pela mídia social *facebook* da FETAEG, traz uma publicação referente ao Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo, trazendo em sua descrição, o relato de uma chacina no município de Unaí que resultou na morte de Auditores Fiscais que inspecionavam a existência de trabalho escravo em propriedades rurais da região. Tanto as reportagens, quanto a publicação do *facebook* tangenciam as condições de luta e trabalho dos sujeitos em questão.

Identificaremos por E1, E2, E3 e assim por diante, os trechos que serão tomados como recorte para a análise do funcionamento discursivo, com vistas a proporcionar uma melhor visualização dos leitores e organização do texto.

O primeiro material escolhido para compor o *corpus* de análise do presente estudo trata-se da seguinte publicação do Jornal da FETAEG:

Imagem 1: Entrevista do Jornal da FETAEG .

Entrevista

Começou com um cargo na coordenação de acampamento, depois de participar da Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) entendeu a força e a dimensão das lutas do MSTTR e, hoje, é tesoureiro do sindicato da Cidade de Goiás. Esse é Luiz Fernando Matias Pereira, um jovem de 30 anos que transpira motivação e trabalho. O Jornal da Fetaeg conversou com ele para falar um pouco mais sobre sua trajetória, suas expectativas e sua visão sobre a situação da juventude rural brasileira.

Jornal da Fetaeg – Luiz Fernando, você está envolvido nas atividades do movimento sindical há quanto tempo? Luiz Fernando – Minha trajetória no MSTTR teve início no ano de 2007 quando entrei no acampamento Maria das Dores, em Goiás. Fiz parte da coordenação do acampamento, com o cargo de tesoureiro. Logo fui convidado pela direção do Sindicato da Cidade de Goiás para participar de uma reunião na Fetaeg e pouco tempo depois passei a atuar no cargo de negociador. Nesse tempo, sempre participava de reuniões na federação e no Incra. Este ano, integrei uma chapa para concorrer à diretoria do sindicato, no qual estou, atualmente, como tesoureiro.



JF – E sua ligação com as ações da juventude, como começou?

LF – Em 2008, foi criado o Coletivo da Juventude na federação. Estou presente nele desde o início. Fui um dos representantes do estado de Goiás na 1ª Plenária Nacional da Juventude Rural, que ocorreu em Anápolis. Ajudei a mobilizar alguns jovens para o 2º Festival Nacional da Juventude Rural, realizado em Brasília, em 2010. Em 2013, fiz parte da equipe que elaborou os temas que foram trabalhados durante o 2º Festival Estadual da Juventude. Este ano, junto com centenas de outras pessoas, participei do 2º Festival da Juventude Regional Centro-Oeste, realizado em Gama-DF. Eu entendo que é necessário nosso envolvimento com as ações do MSTTR para que possamos contagiar nossa juventude e assim tenho tentado fazer.

JF – Você tem participado de muitas atividades. A formação no meio sindical é importante?

LF – Muito importante! Tanto que, sempre que existe a oportunidade, faço alguns cursos. Em 2010, participei da 3ª turma da Enfoc Nacional. Fiz parte da equipe que discutiu a realização e elaborou os pontos a serem estudados na 3ª turma da Enfoc regional Centro-Oeste, promovido em 2011. Juntamente com o coletivo de jovens da Fetaeg, levantamos as demandas e levamos até a Contag a proposta de realizar uma Enfoc específica para a juventude. E ela foi realizada, em 2012. É importante que os trabalhadores e trabalhadoras estejam envolvidos com essas ações de formação, porque elas geram em nós senso crítico para entendermos como devemos nos organizar e nos portar diante das demandas sociais.

JF – Quais suas expectativas para o futuro?

LF – Como muitos trabalhadores rurais, estou no aguardo para receber meu pedacinho de terra. Desde 2009, estou no acampamento São José do Descanso, que, no final de maio, virou o pré-assentamento Pedro Felipe Ledete. Temos a informação que o Incra já está fazendo as medições necessárias para fazer a divisão das parcelas. Depois disso e esperar sair a homologação, arregaçar as mangas e produzir. Meu sonho é ver a reforma agrária, de fato, acontecendo por aqui. Quero poder trabalhar e gerar minha renda pelo que eu conseguir plantar.

JF – Deixe um recado para a juventude rural goiana

LF – Tem sido difícil ser jovem no campo brasileiro. São poucas as políticas públicas voltadas para nós. As que existem são desestimulantes tamanha a burocracia para conseguir alguma coisa. A permanência dessa juventude no campo tem sido cada vez mais complicada. Mas é preciso batalhar! Os jovens precisam entender que eles são realmente o futuro. Precisam assumir seus espaços e ir para frente da luta.

O entrevistado Luiz Fernando atua como tesoureiro do Sindicato da Cidade de Goiás e relata seu envolvimento com os movimentos jovens e sua participação na FETAEG em outros momentos históricos. O jovem iniciou sua jornada em defesa dos sem-terra com um cargo na coordenação do acampamento Maria das Dores em Goiás no ano de 2007, depois de participar da Escola Nacional de Formação da CONTAG⁴ (ENFOC⁵), momento em que percebeu a dimensão das lutas do MSTTR.

Quando perguntado pelo jornal sobre “quando começou sua ligação com as ações da juventude”, o entrevistado relata no enunciado abaixo:

E1: “Em 2008, foi criado o Coletivo da Juventude na Federação. Estou presente nele desde o início. Fui um dos representantes do estado de Goiás na 1ª Plenária Nacional da Juventude Rural, que ocorreu em Anápolis. Ajudei a mobilizar alguns jovens para o 2º Festival Nacional da Juventude Rural realizado em Brasília, em 2010. Em 2013, fiz parte da equipe que elaborou os temas que foram trabalhados durante o 2º Festival Estadual da Juventude este ano, junto com centenas de outras pessoas, participei do 2º Festival da Juventude Regional Centro-Oeste, realizado em Gama-DF. Eu entendo que é necessário nosso envolvimento com a ações do MSTTR para que possamos contagiar nossa juventude e assim tenho tentado fazer.”

Por meio dos verbos “mobilizar” e “contagiar”, percebemos uma voz de liderança política, recorrente nos discursos sindicais. O entrevistado é diretamente envolvido nas atividades do movimento sindical, carregando fortes influências da institucionalização e as transmitindo aos jovens da federação, encorajando-os a perpetuar o envolvimento com as questões e movimentos rural por meio de eventos, como os citados: “1ª Plenária Nacional da Juventude Rural”; “2º Festival Nacional da Juventude Rural”; “2º Festival Estadual da Juventude”; “2º Festival da Juventude Regional Centro-Oeste”. Tais ações são vistas como necessárias pelo entrevistado de modo a incentivar os jovens a se engajarem nos movimentos e assim perpetuar a luta em busca de formação e melhoria para os trabalhadores.

Respondendo à seguinte questão feita pelo jornal: “Você tem participado de muitas atividades. A formação no meio sindical é importante?” O sujeito afirma por meio do enunciado que segue:

E2: “Muito importante! Tanto que, sempre que existe a oportunidade, faço alguns cursos. [...]”

⁴ CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

⁵ ENFOC - Escola Nacional de Formação da Contag

Observamos, no enunciado acima, a representação institucional desse sujeito, que não é apenas mais um trabalhador que luta junto ao sindicato pelos seus direitos, mas também um sujeito que se capacita, que busca os instrumentos necessários para entender como o sistema funciona e como ele manipula a sociedade, e a partir disso, encontra meios para resistir a ele. Em um outro enunciado, em resposta à pergunta realizada pelo jornal em relação a importância da formação no meio sindical, o entrevistado afirma que: “[...] Juntamente com o coletivo de jovens da FETAEG, levantamos as demandas e levamos até a Contag a proposta de realizar uma Enfoc específica para a juventude. E ela foi realizada, em 2012. É importante que os trabalhadores e trabalhadoras estejam envolvidos com essas ações de formação, porque elas geram em nós senso crítico para entendermos como devemos nos organizar e nos portar diante das demandas sociais.”

Percebemos, por meio da descrição do enunciado acima, a importância que se dá não só à luta, ao trabalho árduo, às ações dos movimentos sindicais, mas também à preocupação com o grupo, com a coletividade, quando este diz que (E2: “É importante que os trabalhadores e trabalhadoras estejam envolvidos com essas ações de formação, porque elas geram em nós senso crítico para entendermos como devemos nos organizar e nos portar diante das demandas sociais.”, havendo neste enunciado, um interdiscurso institucional, característico do sindicato, que traz uma noção de coletividade, de organização, de formalização e de hierarquia dentro do sindicato.

Quando questionado pelo sindicato sobre as expectativas para o futuro, Luiz Fernando relata que:

E3: “Como muitos trabalhadores rurais, estou no aguardo para receber meu pedacinho de terra. Desde 2009, estou no acampamento São José do Descanso, que, no final de maio, virou o pré-assentamento Pedro Felipe Ledete. Temos a informação que o Incra⁶ já está fazendo as medições necessárias para fazer a divisão das parcelas. Depois disso é esperar sair a homologação, arregaçar as mangas e produzir. Meu sonho é ver a reforma agrária, de fato, acontecendo por aqui. Quero poder trabalhar e gerar minha renda pelo que eu conseguir plantar.”

A respeito do enunciado acima, notamos, uma diferença de funcionamento discursivo, em relação aos outros enunciados anteriormente analisados, nesse enunciado, o entrevistado não fala mais em nome do coletivo e do institucional, mas deixa transparecer a voz do sujeito do desejo, do sujeito do inconsciente, revelando também o lado individual da luta, quando este afirma: “Meu sonho é ver a reforma agrária, de fato, acontecendo por aqui. Quero poder

⁶ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

trabalhar e gerar minha renda pelo que eu conseguir plantar.” O sujeito em questão, além de ser um sindicalista engajado nas lutas e conquistas dos movimentos dos quais participa, é também, alguém que sonha em ver sua luta não apenas perpetuada e reconhecida, mas também ver seus sonhos realizados. Notamos também, a essência da noção do trabalho para os trabalhadores do campo, o sujeito é interpelado pela ideologia da terra como sustento, como subsistência, como vida para quem depende dela, quando afirma que “Quero poder trabalhar e gerar minha renda pelo que eu conseguir plantar”, discurso este que é inerente à grande maioria dos trabalhadores rurais.

O segundo material eleito para análise trata-se da publicação a seguir sobre a Marcha das Margaridas:

Imagem 2: Reportagem do Jornal da FETAEG.

Margarida Alves: exemplo de luta, força e perseverança

Conhecido como o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária, 12 de agosto também é dia de lembrar a morte da companheira Margarida Alves. Nascida e criada em Alagoa Grande, no Brejo Paraibano, foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Lá, fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, uma iniciativa que, até hoje, contribui para o desenvolvimento rural e urbano sustentável, fortalecendo a agricultura familiar.

Lutando pela defesa dos direitos dos trabalhadores sem terra, suas principais metas eram o registro em carteira de trabalho, a jornada diária de trabalho de 8 horas, 13º salário, férias e demais direitos, para que as condições de trabalho no campo pudessem ser equiparadas ao modelo urbano. Em seus 12 anos de gestão, o Sindicato moveu mais de 600 ações trabalhistas e fez diversas denúncias,

como a endereçada diretamente ao Presidente do Brasil, em 1982, João Batista Figueiredo. O trabalho de Margarida na defesa dos direitos dos trabalhadores entrou em conflito com os interesses dos latifundiários, tornando-a uma ameaça para eles. Em seu discurso na comemoração do 1º de maio de 1983, na cidade de Sapé, na Paraíba, ela deixou isto bem claro: “Eles não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles”.

Margarida foi assassinada três meses e onze dias após essa declaração. O principal acusado é Agnaldo Veloso Borges, então proprietário da usina de açúcar local, a Usina Tanques, e seu genro, José Buarque

de Gusmão Neto, mais conhecido como Zito Buarque. Seu sogro era o líder do Chamado Grupo da Várzea, composto por 60 fazendeiros, três deputados e 50 prefeitos. Margarida Alves foi assassinada por um pistoleiro de aluguel, que dirigia um Opala vermelho e disparou um tiro

de escopeta calibre 12 em seu rosto. Seu filho e seu marido viram tudo.

O esforço dessa companheira sempre inspirou a realização da Marcha das Margaridas. Que sua herança de coragem e compromisso na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras seja perpetuada.



A matéria intitulada: “Margarida Alves: exemplo de luta, força e perseverança” relata, brevemente sobre a história da vida de Margarida Maria Alves, uma militante que lutou pela defesa dos direitos dos trabalhadores sem terra e morreu assassinada em 12 de agosto de 1983, data em que é conhecida como do Dia Nacional da Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária.

Margarida Maria Alves, nascida em 05 de agosto de 1933, era Paraibana de Alagoa Grande e foi a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Em um discurso de comemoração pelo 1º de maio – Dia do Trabalhador – a líder sindical paraibana disse “que era melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Três meses depois, Margarida foi assassinada na porta de casa na frente do marido e do filho pequeno. A história de Margarida Alves teve repercussão nacional e até hoje é uma forte inspiração para aqueles que lutam pela igualdade e respeito aos sem terras.

Identificamos, nesta publicação da FETAEG, o quão forte é a relação de organização e união dos trabalhadores rurais e também dos sem terra, em busca das garantias de melhores condições de trabalho e de luta pela valorização da classe trabalhadora.

No seguinte enunciado recortado do *corpus* da referida publicação:

E4: “Lutando pela defesa dos direitos dos trabalhadores sem terra, suas [Margarida – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais] principais metas eram o registro em carteira de trabalho, a jornada diária de trabalho de 8 horas, 13º salário, férias e demais direitos, para que as condições de trabalho no campo pudessem ser equiparadas ao modelo urbano. Em seus 12 anos de gestão, o Sindicato moveu mais de 600 ações trabalhistas e fez diversas denúncias, como a endereçada diretamente ao Presidente do Brasil, em 1982, João Batista Figueiredo.”

Vejamos o seguinte enunciado descrito acima, identificamos as marcas do interdiscurso jurídico, o qual retrata a luta de Margarida para garantir “os direitos dos trabalhadores” rurais sem terra, considerando as condições de desregulamentação, de analogia à escravidão nas quais muitos dos trabalhadores rurais se encontram ainda hoje.

A partir da luta instaurada pela Sindicalista, a busca pela garantia dos direitos dos trabalhadores rurais pretendia alcançar os mesmos benefícios que outros trabalhadores recebem, como, por exemplo, 13º salário e férias, bem como 8 horas diárias de jornada de trabalho entre outros direitos que eram violados pelos empregadores.

A morte de Margarida Alves, que é fortemente lembrada até hoje, encorajou milhares de outras mulheres a perpetuarem sua luta em busca de melhores condições de vida, trabalho

e segurança em relação aos direitos dos trabalhadores rurais, principalmente por meio da mobilização da “Marcha das Margaridas”, que é realizada anualmente, desde o ano 2000 e é conhecida como *“uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. É um grande momento de animação, capacitação e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres do campo e da floresta. Por ser permanente, as mulheres trabalhadoras rurais seguem, diariamente, lutando para romper com todas as formas de discriminação e violência, que trazem consequências perversas à vida delas.”*⁷

O trecho supracitado retrata o quão forte foi a influência e o legado deixado pela líder sindicalista, incentivando outras mulheres a lutarem pelos seus direitos, sejam eles trabalhistas ou humanos, perante a sociedade.

Em um outro enunciado, recortado da publicação mencionado acima, encontramos os seguintes dizeres:

E5: “O trabalho de Margarida na defesa dos direitos dos trabalhadores entrou em conflito com os interesses dos latifundiários, tornando-a uma ameaça para eles. Em seu discurso na comemoração do 1º de maio de 1983, na cidade de Sapé, na Paraíba, ela deixou isto bem claro: ‘Eles [os latifundiários] não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles’.”.

Neste enunciado, também retirado da reportagem “Margarida Alves: exemplo de luta, força e perseverança”, identificamos um interdiscurso, que faz eco com o discurso religioso, no qual no Salmo 91 – versículo 7 – enuncia-se: “Mil cairão ao teu lado dez mil a tua direita, mas tu não serás atingido”.

Embora haja o interdiscurso com o referido salmo, no discurso proferido por Margarida, há um deslocamento em relação ao sentido religioso, pois neste, o sujeito independentemente das influências externas que podem afetá-lo, não será atingido por elas. Já naquele, o qual é mostrado quando a militante diz que mesmo que um ou outro, ou até ela mesma seja atingida, não conseguirão atingir todos os trabalhadores, e que, se estes se unirem de maneira organizada, a luta vai continuar, coloca o sujeito em uma posição diferente, pois

⁷ Disponível em: <http://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/> Acesso em: 30/09/2015.

ele poderá sim ser atingido, mas não será isto que o fará desistir da luta coletiva. Este discurso também foi uma forma de denúncia contra aos latifundiários, já que Margarida já vinha sendo ameaçada pelos grandes proprietários de terra, que queriam que a militante desistisse de sua luta junto ao Sindicato.

Como proferido e premeditado por Margarida, três meses depois deste discurso a líder do Sindicato foi brutalmente assassinada, fato que é descrito em:

E6 “Margarida foi assassinada três meses e onze dias após essa declaração. O principal acusado é Agnaldo Veloso Borges, então proprietário da usina de açúcar e álcool, a Usina Tanques, e seu genro, José Buarque de Gusmão Neto, mais conhecido como Zito Buarque. Seu sogro era o líder do chamado Grupo da Várzea, composto por 60 fazendeiros, três deputados e 50 prefeitos. Margarida Alves foi assassinada por um pistoleiro de aluguel, que dirigia um Opala vermelho e disparou um tiro de escopeta calibre 12 em seu rosto. Seu filho e seu marido viram tudo”.

Compreendemos, a partir deste enunciado, o quão forte Margarida Alves se tornou enquanto sindicalista e como sua batalha atingiu diretamente os interesses dos latifundiários, a ponto de terem premeditado e encomendado de forma brutal a morte da representante dos sem terras. O assassinato de Margarida foi uma tentativa de silenciar a voz dos trabalhadores e integrantes do movimento sem terra, porém, como enunciado no final da matéria a respeito da Sindicalista:

E7 “O esforço dessa companheira sempre inspirou a realização da Marcha das Margaridas, que sua herança de coragem e compromisso na defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras seja perpetuada.”

Percebemos que Margarida já havia deixado o seu legado, e assim, a classe perpetuou a luta após sua morte e que vem até os dias de hoje em busca de condições de igualdade e dignidade dos trabalhadores rurais e sem terras.

Veiculado pela página da mídia social da FETAEG no *facebook*, encontramos a seguinte publicação que retoma a luta pela dignidade do trabalhador rural, que muitas vezes é desrespeitada e análoga ao trabalho escravo.

Imagem 3: Slogan veiculado pela página do *facebook* da FETAEG.



Na descrição da foto seguia o enunciado transcrito abaixo:

E8: “28 DE JANEIRO - DIA NACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Essa data foi instituída, porque em 28 de janeiro de 2004, quatro auditores fiscais foram brutalmente assassinados em uma emboscada no município de Unaí - Minas Gerais. Esse fato é mais conhecido como a “Chacina de Unaí”. Em homenagem a esses profissionais que morreram enquanto faziam um importante trabalho de fiscalização das propriedades que mantinham os funcionários em regime de escravidão, esta data foi estabelecida como o Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo. Nos últimos 20 anos, foram contabilizadas mais de 47 mil pessoas resgatadas do trabalho escravo ou análogo à escravidão. Segundo dados da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, divulgados pela Agência Brasil, o país realizou 1.724 operações em 3.995 propriedades para combater o problema e aplicou multas indenizatórias cujo valor supera 92 milhões de reais.”

Como descrito no enunciado acima, no dia 28 de janeiro se instituiu o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, data esta que em 2004, foi cenário do episódio que ficou conhecido como chacina de Unaí, onde os auditores fiscais do Ministério do Trabalho Néilson José da Silva, João Batista Soares Lage e Eratóstenes de Almeida Gonçalves, e o motorista Aílton Pereira de Oliveira foram assassinados em Unaí, na Região Noroeste de Minas Gerais. Eles investigavam denúncias de trabalho escravo na região.

Tanto o assassinato de Margarida Alves quanto a chacina que resultou na morte dos auditores resultam da luta contra a exploração do trabalho humano. De um lado, uma sindicalista sem terra que lutava pelos seus direitos e de outros trabalhadores rurais; de outro lado, aqueles que trabalham na função de fiscalizar e garantir que os direitos sejam de fato assegurados aos trabalhadores rurais e, que também se tornam alvos daqueles que não respeitam o trabalhador e deturpam ou mesmo descumprem ou “encontram brechas” para fazerem suas próprias leis. Percebemos sujeitos em lugares sociais diferentes, mas que suas ideologias se cruzam a fim de demonstrar a luta de classes do trabalhador em busca dos

direitos e das melhorias, quase sempre vencidos pelos latifundiários, pelos detentores do poder, da terra e do capital.

O que entendemos ao longo do desenvolvimento do artigo é que os discursos propagados pela mídia sindicalista trazem ideologias que corroboram com as noções de organização, coletividade, união e luta por parte dos sindicalistas a fim de encorajar e conscientizar os trabalhadores sem terra de seus direitos da importância pela busca deles. Deste modo, percebemos como os discursos midiáticos funcionam enquanto construtores de sentido, uma vez que “O sentido nunca é dado antecipadamente. Ele é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social. O sentido só é perceptível através de formas. Toda forma remete a sentido, todo sentido remete a forma, numa relação de solidariedade recíproca” (CHARAUDEAU, 2015, p. 41).

Conforme propomos no início do trabalho, por meio da investigação das publicações advindas da mídia sindical dos trabalhadores rurais foi possível, a partir da análise dos enunciados recortados como corpus, identificar além dos efeitos de sentido, alguns interdiscursos produzidos pelo discurso midiático sindical dos trabalhadores rurais, sejam eles, o interdiscurso político, o interdiscurso religioso, o interdiscurso institucional.

A interdiscursividade que se faz presente nos enunciados analisados demonstra um dos artifícios midiáticos para produção de sentidos através da linguagem, quando este se vale de discursos outros para constituir seus próprios discursos, revelando assim, as posições ideológicas, o contexto histórico, e o lugar social de onde os sujeitos enunciam produzindo sentidos através dos seus discursos e revelando o valor social e institucional sobre a noção do trabalho rural.

Os sujeitos sindicalistas e trabalhadores identificados nas publicações, em geral, possuem voz de liderança, pois propagam o seu trabalho enquanto instituição levando outros trabalhadores a perpetuarem a busca pelos direitos e pelas melhorias. O lugar sócio-ideológico de onde os sujeitos enunciam, também transita entre a busca do interesse do coletivo e do interesse pessoal, demonstrando que a luta inclui não apenas os sindicalistas como chefes de lutas, ocupando o posto de missão, mas também como trabalhadores que ocupam o lugar do proletariado e defensor dos direitos próprios que, na maioria das vezes, coincidem com o interesse do coletivo, o que permite a constante organização e união dessa classe de trabalhadores.

Considerações finais

Com o desenvolvimento deste estudo foi possível perceber, através dos discursos acerca de “trabalho” presentes nos enunciados midiáticos do sindicato rural, que os sujeitos em questão possuem grande influência da institucionalização e carregam uma essência organizacional e de união da classe que transforma a luta dos trabalhadores forte e eficaz perante a sociedade. Embora ainda possamos perceber muitas ações contrárias e destrutivas contra a força de trabalho dos sem terra, por parte dos latifundiários e de governantes, a fim de corromper e anular os direitos dos trabalhadores, bem como na tentativa de calar a voz de seus representantes.

O que identificamos, portanto, no discurso midiático veiculado pela FETAEG e nos discursos propagados pelos sujeitos durante nossa investigação foram algumas relações interdiscursivas que permeiam os enunciados recortados das publicações, constituídas a partir da produção de sentidos e construídas pelas posições discursivas que abarcam o contexto histórico, social e ideológico a partir do qual enunciam os sujeitos. Estes interdiscursos que emergem da mídia sindical rural em relação a trabalho e que foi possível analisar neste estudo foram o interdiscurso político, o religioso e também o interdiscurso institucional. Embora construídos em lugares diferentes e enunciados por sujeitos distintos, os interdiscursos sobre trabalho identificados na pesquisa, dialogam entre si e apontam o cruzamento de diferentes discursos construídos e proferidos em lugares e momentos específicos da história, revelando os valores sócio-histórico-ideológicos dos sujeitos trabalhadores que enunciam.

O presente estudo não se esgota aqui e permite o desenvolvimento de outros estudos acerca dos sentidos e dos interdiscursos sobre trabalho na mídia sindical rural, uma vez que o material eleito para análise do *corpus* trata-se apenas de algumas das inúmeras publicações veiculadas pelo jornal da FETAEG e pela mídia social da Federação no *facebook*. Assim, o tema desta pesquisa abre possibilidades para novas e futuras reflexões sobre o interdiscurso e sobre os sentidos relacionados a trabalho oriundos do discurso midiático sindical.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal**. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. São Paulo: Cortez, p. 35-48, 2001.

_____. **A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade.** *Revista Nueva Sociedad*, n. 32,34 | 2012.

_____; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 16 jan. 2016.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 10.ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso:** Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. *Traduzido por:* Eni Puccinelli Orlandi. 4.ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

STAFUZZA, Grenissa; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa. Apontamentos sobre a Análise do Discurso e suas práticas. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa. **Ciências da Linguagem:** o fazer científico? Vol. 2. Campinas: Mercado de Letras, 2014, p. 177-222.

TRABALHO, **A Etimologia do.** [s.d.]. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ep psico/subjetivacao/trabalho/etim_trab.htm. Acesso em 16 jan. 2016.

Referências do corpus

Imagem 1: **Entrevista do Jornal da FETAEG.** Fonte: Jornal da FETAEG – Agosto de 2014 – Edição nº 109 – p. 8. Disponível em: http://fetaeg.org.br/NetManager/documentos/jornal_fetaeg_agosto_2014.pdf. Acesso em: 18/01/2016

Imagem 2: **Reportagem do Jornal da FETAEG.** Fonte: Jornal da FETAEG – Agosto de 2014 – Edição nº 109 – p. 5. Disponível em: http://fetaeg.org.br/NetManager/documentos/jornal_fetaeg_agosto_2014.pdf . Acesso em: 18/01/2016

Imagem 3: **Slogan veiculado pela página do facebook da FETAEG.** Disponível em: <https://www.facebook.com/323031181127878/photos/pb.323031181127878.-2207520000.1453225301./747763838654608/?type=3&theater>. Acesso em: 18/01/2016

Recebido em setembro de 2016.

Aceito em novembro de 2016.